

NOVO ENSINO MÉDIO: UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SOB A ÓTICA DO MARKETING MACROSSOCIAL

NEW HIGH SCHOOL: A PERSPECTIVE ON PUBLIC EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF MACROSSOCIAL MARKETING

SIMONE FERREIRA CASTRO DIAS COSTA
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

CAISSA VELOSO E SOUSA
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

DANILO DE OLIVEIRA SAMPAIO
UFJF

GISELLE DOS SANTOS BATISTA MOREIRA
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Comunicação:

O XIII SINGEP foi realizado em conjunto com a 13th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge), em formato híbrido, com sede presencial na UNINOVE - Universidade Nove de Julho, no Brasil.

Agradecimento à órgão de fomento:

Os autores agradecem ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a SEE (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais) o apoio para a realização da pesquisa.

NOVO ENSINO MÉDIO: UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SOB A ÓTICA DO MARKETING MACROSSOCIAL

Objetivo do estudo

Identificar e analisar como o Novo Ensino Médio, proposto pelo nível upstream do marketing macrossocial, é percebido pelos níveis downstream e midstream, em uma Escola Estadual da cidade de Contagem, Minas Gerais.

Relevância/originalidade

Em uma busca em bases de dados do Scielo, Web of Science, e Spell não foram encontrados artigos que tratassem do Novo Ensino Médio a partir da tríade analisada sob a ótica do marketing Macrossocial.

Metodologia/abordagem

Abordagem qualitativa, a partir de um estudo de caso realizado com 16 profissionais da área de educação em uma escola pública estadual da região metropolitana de Belo Horizonte.

Principais resultados

Na perspectiva do Marketing Macrossocial o Novo Ensino Médio ainda carece de maior integração entre os três níveis previstos no marketing macrossocial: downstream, midstream e upstream.

Contribuições teóricas/metodológicas

A base teórica prevista se mostrou relevante pois permitiu identificar que há a necessidade de integração de distintos níveis da sociedade, incluindo os governos, para a promoção de uma educação mais adaptada as condições previstas na atualidade.

Contribuições sociais/para a gestão

Apesar do potencial da reforma para melhorar a formação dos estudantes, a implementação ainda necessita de ajustes significativos para atender às necessidades dos alunos e ao contexto socioeconômico do Brasil.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Marketing Macrossocial, Qualidade da Educação

*NEW HIGH SCHOOL: A PERSPECTIVE ON PUBLIC EDUCATION FROM THE
PERSPECTIVE OF MACROSOCIAL MARKETING*

Study purpose

Identify and analyze how the New High School, proposed by the upstream level of macrosocial marketing, is perceived by the downstream and midstream levels, in a State School in the city of Contagem, Minas Gerais.

Relevance / originality

In a search of Scielo, Web of Science, and Spell databases, no articles were found that dealt with the New High School from the triad analyzed from the perspective of Macrosocial marketing.

Methodology / approach

Qualitative approach, based on a case study carried out with 16 professionals in the education field at a state public school in the metropolitan region of Belo Horizonte.

Main results

From the perspective of Macrosocial Marketing, the New High School still lacks greater integration between the three levels foreseen in macrosocial marketing: downstream, midstream and upstream.

Theoretical / methodological contributions

The theoretical basis provided proved to be relevant as it allowed us to identify the need for integration of different levels of society, including governments, to promote an education that is better adapted to current conditions.

Social / management contributions

Despite the reform's potential to improve student education, implementation still requires significant adjustments to meet student needs and Brazil's socioeconomic context.

Keywords: New High School, Macrosocial Marketing, Quality of Education

NOVO ENSINO MÉDIO: uma perspectiva da educação pública sob a ótica do marketing macrossocial

1 Introdução

O Ensino Médio é oferecido aos adolescentes em um período crucial da vida, essencial para sua formação e transição para a vida adulta. Nesse estágio, eles devem receber preparação adequada para a escolha de carreira, ingresso no ensino superior e práticas que permitam sua ampla inserção no mercado de trabalho e formação profissional.

Segundo Oliveira (2010), o Ensino Médio no Brasil foi implementado pelos jesuítas, no período colonial e, após sua expulsão em 1759, passou ao controle do Estado, sendo inicialmente um privilégio restrito à elite. Contudo, foi em 1930 que houve sua expansão. Nesse período, houve a ampliação das escolas públicas e a inclusão de disciplinas como Matemática, Física, Química, História e Geografia, marcando um dos primeiros ciclos de mudança no currículo educacional dos alunos (Castro, 2011).

Na atualidade a discussão vigente sobre a estrutura adequada do Ensino Médio perpassa pela reforma instituída por meio de lei, denominada de Novo Ensino Médio, e que tem como proposta atualizar o currículo do Ensino Médio que passa a integrar inovações relacionadas ao século atual, que demandando dos estudantes formação integral, preparando-os para o mundo do trabalho e profissional, o ensino superior e a vida cotidiana (Silva & Barbosa, 2022)

A reforma de 2017 começou a ser implementada gradualmente a partir de 2022, iniciando pelo primeiro ano do Ensino Médio. Os alunos desse ano fizeram a escolha dos itinerários formativos. Em 2023, os estudantes do segundo ano também puderam escolher seus itinerários, e isso continuará nos anos seguintes. Os itinerários formativos são cursos técnicos ou profissionalizantes que os alunos podem selecionar conforme seus interesses e aptidões. Eles são divididos em quatro áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas. Segundo Lopes *et al.* (2020), as principais mudanças iniciais incluem a ampliação da carga horária e a oferta de itinerários formativos, conforme a proposta.

No entanto, há muitos desafios a superar, especialmente se consideradas as altas taxas de abandono escolar. Isso reflete tanto a baixa qualidade da aprendizagem quanto a inadequação das ofertas educacionais às necessidades dos jovens. Além disso, é importante considerar a desigualdade na qualidade do ensino oferecido nas diferentes regiões do país (Lopes *et al.*, 2020).

A implementação do Novo Ensino Médio, segundo Melo *et al.* (2022), exige investimentos em infraestrutura, formação de professores e desenvolvimento de materiais didáticos. O Brasil ainda enfrenta um déficit de recursos para a educação, que pode gerar resistência de alguns setores da sociedade, como professores, pais e alunos, o que é corroborado por Silva e Barbosa (2022) quando identificam, além da falta de recursos, uma reduzida clareza sobre os objetivos do Novo Ensino Médio, o que tornou uma dificuldade para sua implementação. Perante as complexidades destes desafios que permeiam o ambiente educacional e as políticas públicas relacionadas, entende-se que esse é um problema multifacetado, que envolve vários níveis sociais, não apenas o governo ou os estudantes. É nesse contexto que a perspectiva do marketing macrossocial se mostra adequada para a base teórica da respectiva pesquisa.

O marketing macrossocial se origina do marketing social. Segundo Andreasen (2003), o marketing social é uma abordagem específica que vai além das práticas tradicionais de promoção de produtos e serviços. Ele se concentra em aumentar a consciência social e promover o aprendizado individual para mudar comportamentos indesejados, visando melhorias no bem-estar social e promovendo mudanças sociais positivas.

No Ensino Médio, segundo Silva e Santos (2023), há uma disputa entre diferentes interesses, como a redução da evasão escolar e a busca por uma educação de qualidade, onde esses interesses se confrontam. De um lado, a necessidade de diminuir a evasão escolar, o analfabetismo funcional e abordar questões como violência. Do outro, a busca por uma educação que prepare os jovens para o mercado de trabalho e a vida em sociedade. Políticas públicas visam identificar antecipadamente e planejar ações governamentais para garantir educação de qualidade para todos os jovens, independentemente de suas origens ou circunstâncias (Ministério da Educação, 2023). Este cenário exige ações em nível individual e de grupos de referência, que Nguyen et al. (2014) e Kennedy (2016) reconhecem como parte do marketing macrossocial. Esse contexto envolve tanto os governos, nível *upstream* do marketing macrossocial, a sociedade (incluindo famílias, escolas e outros entes), sendo esse o nível *midstream*, e os indivíduos, como nível *dowstream*.

Nesse contexto a pesquisa tem como objetivo identificar e analisar como o Novo Ensino Médio, proposto pelo nível *upstream* do marketing macrossocial, é percebido pelos níveis *dowstream* e *midstream*, em uma Escola Estadual da cidade de Contagem, Minas Gerais.

Ressalva-se que, apesar da importância dessa reforma a educação brasileira, há uma lacuna na literatura acadêmica sobre o Novo Ensino Médio sob a perspectiva do marketing macrossocial. Não há artigos que analisem como a combinação dos níveis do marketing macrossocial podem contribuir para compreender e promover o engajamento necessário para enfrentar desafios como a alta taxa de abandono escolar, baixa qualidade da aprendizagem e desigualdade na oferta educacional. Uma análise direcionada é essencial para resolver problemas práticos. Identificar esses desafios é crucial para melhorar políticas, práticas educacionais e futuras pesquisas.

2 Discussão Teórica

2.1 Do Marketing Social ao Marketing Macrossocial

Os estudos do Marketing voltados aos interesses sociais emergiram na década de 1970 como resposta ao crescente reconhecimento dos impactos sociais e ambientais do marketing (Andreasen, 1995; Kotler & Andreasen, 1975). Propunham utilizar ferramentas e técnicas já existentes para impulsionar as mudanças sociais positivas, abrangendo áreas como saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento social.

A ampliação da área de atuação do marketing social em 1975 teve um impacto significativo no respectivo campo de estudo. Kotler e Zaltman (1975) definiram o marketing social como a aplicação de técnicas de marketing para influenciar o comportamento de um público-alvo para o bem da sociedade, por meio de princípios e técnicas utilizadas de forma eficaz e ética. Contudo, no livro "*Social Marketing in 21st Century*", Andreasen (2006) destaca que campanhas de marketing social seriam mais eficazes se incluíssem ações no nível *upstream*, ou seja, se também influenciassem leis e governos. Isso promoveria regulamentações públicas que criam um ambiente propício para a adoção de comportamentos desejáveis. Portanto, o foco passa do indivíduo exclusivamente, para um contexto holístico, que passa a considerar governos, sociedade e o indivíduo.

No nível *upstream* do marketing macrossocial, a intervenção mais comum envolve a criação de normas e regulamentos. Ao restringir comportamentos indesejados e mudar o sistema legislativo, ela pode provocar transformações específicas no comportamento individual (Carvalho & Mazzon, 2015). No nível *midstream*, ou seja, intermediário, é possível aplicar intervenções por meio de programas, de atividades e de atitudes que ajudem os indivíduos a perceber que a atitude produzida não está em sintonia com o bem-estar da sociedade. Huff et al. (2017) apontam que essas intervenções são capazes de promover mudanças

comportamentais mais profundas e duradouras nas atitudes e atividades de grupos sociais específicos, conscientizando-os sobre o impacto social de suas ações, levando às mudanças comportamentais mais substanciais e duradouras, contribuindo assim para o marketing macrossocial. Por fim, as intervenções utilizadas no nível *downstream* (indivíduos) são aquelas capazes de conscientizar um indivíduo de que suas atitudes são incompatíveis com o bem-estar social.

Para alcançar uma mudança social, o marketing macrossocial utiliza-se principalmente do viés positivo. Dispõe de normas regulamentadoras para alcançar problemas holísticos para a maioria dos estudos. As políticas e os órgãos governamentais são apenas alguns dos objetos utilizados nas intervenções do marketing macrossocial (Kennedy & Parsons, 2012).

2.2.1 Ações Macrossociais com Foco na Educação

As mudanças na educação exigem atenção às interações, pois elas revelam como novas propostas são implementadas e assimiladas por professores e alunos. Na maioria das vezes, a promoção da mudança macrossocial ocorre por intermédio do governo, como na proposição do Novo Ensino Médio no Brasil, que possui recursos para desenvolver normas, leis e penalidades efetivas para tais intervenções (Truong, 2017). É essencial o papel do governo na promoção da mudança macrossocial, desenvolvendo e implementando normas, leis e penalidades efetivas para lidar com questões sociais complexas em larga escala. Isso é feito por meio da governança e da ação governamental na condução de transformações sociais significativas.

No entanto, a implementação do marketing macrossocial enfrenta muitos desafios. É crucial analisar o contexto tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento (Epstein, 1999). A colaboração entre partes interessadas e a flexibilidade são elementos essenciais para lidar com a complexidade dessas intervenções. A educação contemporânea, conforme Antunes (2010), deve transcender a mera transmissão de conhecimentos, preparando os jovens para os desafios do mundo atual que ofereçam experiências educacionais que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes, capacitando-os para o sucesso não apenas na vida acadêmica, mas também na vida em sociedade e no mercado de trabalho, mediante sua interação. A perspectiva do autor sobre a educação integral agrega a visão da ampliação do propósito do marketing social, que reflete uma compreensão mais abrangente de seu potencial, promovendo mudanças positivas na sociedade, ao considerar não apenas o comportamento do indivíduo, mas também as estruturas sociais e políticas mais amplas.

No cenário da educação, as abordagens do marketing macrossocial podem ser aplicadas para promover a equidade e a inclusão na educação, argumentam (Kotler & Keller, 2020). Os autores defendem campanhas de conscientização para combater a desigualdade educacional e ampliar o currículo, promovendo educação acessível a todos, sem distinção de classe, gênero, raça ou etnia. Diante disso, demanda-se uma estrutura física, investimento em materiais de qualidade e suficientes para tal, além de uma organização por parte da gestão interna diferenciada para a implantação do aumento do tempo da jornada escolar, entre outras, a formação inicial e continuada de professores (Lopes, 2011; Branco, 2012; Cavaliere, 2014; Castanho, 2016).

Ao investir em uma estratégia de marketing educacional robusta e inovadora, o Ensino Médio brasileiro pode potencializar o enfrentamento dos desafios que, conforme ressaltado por Santana e Melo (2020). Contudo, ainda para os autores, ainda há a falta de clareza na comunicação das políticas públicas e das reformas educacionais, o que dificulta a compreensão por parte dos pais, alunos e da sociedade em geral. No contexto, o MEC (2022) reconhece a necessidade de personalização das aprendizagens, porém, a padronização curricular e a desconsideração das individualidades dos alunos ainda impedem o atendimento às necessidades específicas, em termos individuais.

A iniciativa Educação para Todos (EPT) da Unesco, lançada em 2000, é um exemplo desse uso do marketing macrossocial. A EPT tinha como objetivo garantir que todas as crianças, jovens e adultos tivessem acesso à educação básica de qualidade até 2015. A EPT é composta por seis metas inter-relacionadas que abrangem desde a expansão da educação infantil até a melhoria da qualidade da educação e a garantia de educação para jovens e adultos. Percebe-se a aplicação de ações em distintos níveis, como proposto pelo marketing macrossocial, ao se mobilizar recursos para alcançar a meta, sensibilizando governos, organizações da sociedade civil e o público em geral sobre a importância da educação e da meta da EPT (Unesco, 2000).

Nesta perspectiva, Smith et al. (2019) demonstraram que o marketing macrossocial é eficaz também na promoção da conscientização sobre questões educacionais críticas, como a importância da educação inclusiva. Por meio de campanhas em múltiplos meios de comunicação, o marketing macrossocial pode alcançar um grande público e influenciar positivamente atitudes e comportamentos em relação à educação.

No mesmo sentido, Mantoan (2008) destaca a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional, por meio da criação de materiais didáticos acessíveis e adaptando o ambiente escolar para atender às suas necessidades. Defendem a implementação de programas de prevenção e conscientização que promovam o respeito à diversidade e a inclusão. Além disso, combater o *bullying* e a discriminação por meio da implementação de programas de prevenção e conscientização nas escolas.

Na educação profissional, nas escolas em Minas Gerais, surgem ações macrossociais com uma iniciativa promissora, como o Programa Trilhas do Futuro, instituído pelo Governo do Estado em 2021, por meio da oferta de cursos técnicos gratuitos em instituições públicas e privadas, visando ampliar o acesso à qualificação profissional, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico local e reduzindo as desigualdades sociais. O Programa Trilhas do Futuro nasce em um contexto marcado pelas demandas do mercado de trabalho em constante transformação, exigindo cada vez mais profissionais qualificados e atualizados. Além disso, o cenário educacional brasileiro apresenta desafios como a baixa taxa de matrícula na educação profissional e a evasão escolar. O programa propõe ampliar o acesso à educação profissional, oferecendo cursos técnicos gratuitos em diversas áreas de interesse do mercado de trabalho, priorizando áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado.

Especificamente se tratando do Novo Ensino Médio, espera-se que a escolha de itinerários formativos contribua para maior adesão do estudante à escola. Contudo, deve-se ressaltar que, de acordo com Lima e Zanelatto (2023), a possibilidade de “escolha” de um itinerário formativo pelo estudante não é totalmente livre, pois depende das opções disponibilizadas pelo sistema educacional em sua localidade. Essa escolha deve considerar a realidade local, além dos recursos materiais e humanos das redes e instituições escolares. Todos esses aspectos ensejam uma avaliação sobre seus impactos para a promoção da qualidade da educação e redução do abandono e evasão escolar.

3 Aspectos Metodológicos

A presente pesquisa se classifica, quanto ao tipo, como descritiva. Quanto à abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso que, segundo Gil (2010), é um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

A unidade de análise desta pesquisa compreende as percepções e experiências dos participantes em relação ao Novo Ensino Médio, com foco em compreender as vivências e opiniões. Os sujeitos de pesquisa são os professores de áreas distintas, coordenador do Novo Ensino Médio e especialistas da educação básica, lotados em uma escola pública estadual da região metropolitana de Belo Horizonte. A amostra foi composta por 16 pessoas, sendo o

coordenador do Novo Ensino Médio (NEM), três especialistas da Educação Básica e doze professores de áreas distintas de conhecimento.

A escolha da escola de seu por dois aspectos: por acessibilidade e por compreender uma instituição que escolar oferece ensino em diferentes níveis e turnos: anos finais do ensino fundamental no turno vespertino; ensino médio nos turnos matutino, vespertino e noturno e educação de jovens e adultos (EJA) no turno noturno, permitindo maior diversidade e amplitude no entendimento dos respondentes, dadas as suas vivências docentes. A escola atende a uma população de aproximadamente 916 alunos, distribuídos em 34 turmas, com 63 professores, auxiliares de serviços de Educação Básica, secretarias e demais auxiliares. Sendo aproximadamente 792 alunos matriculados no Ensino Médio, proporcionando um amplo e diversificado conjunto de dados para a pesquisa.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado, com as categorias determinadas a priori, alinhadas ao objetivo proposto. O roteiro aplicado foi composto por sete categorias, a saber: (1) percepção sobre o Novo Ensino Médio; (2) vantagens do Novo Ensino Médio; (3) desafios percebidos; (4) atuação do nível upstream; (5) atuação do nível midstream; (6) atuação do nível downstream; (7) aproveitamento percebido.

O contato com os participantes foi realizado por meio dos e-mails institucionais, WhatsApp e presencialmente, explicando os objetivos da pesquisa e solicitando a participação. As entrevistas foram realizadas presencialmente, na estrutura da escola e tiveram a duração média de 25 minutos. Todas foram gravadas e transcritas para análise dos dados, a partir do consentimento dos entrevistados. A coleta de dados teve início após a aprovação do projeto pela Comissão de Ética Institucional, protocolo 2672, cumprindo o que dispõe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Protocolo de Pesquisa que contêm as premissas éticas estabelecidas pela resolução 196/96 do CNS.

4 Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1 A percepção sobre o Novo Ensino Médio

Inicialmente, foi perguntado aos entrevistados sobre suas percepções em relação ao Novo Ensino Médio. Foram identificados distintos níveis de satisfação e compreensão sobre as mudanças, principalmente na experiência educacional e na integração entre conteúdos tradicionais e novas competências. De acordo com os relatos dos entrevistados as mudanças ainda carecem de melhor estruturação, especialmente no que diz respeito à clareza sobre os itinerários e ao alinhamento com as expectativas dos alunos.

“Fizeram uma reorganização. Além disso, alguns itinerários formativos, na minha opinião, não se adequaram à realidade dos estudantes. Agora, parece que houve uma reorganização, e sinto que estamos caminhando para um modelo mais funcional” (E 5).

Acho que devem ser agregadas novas disciplinas, só que para mim agregaram muitas disciplinas. Como eu posso dizer, não são desnecessárias, mas o que parece é que está sendo repetitivo, eu acho que poderia ter menos disciplinas elas poderiam ser condensadas... é porque os alunos estão sobrecarregados... estão ficando sobrecarregados (E10).

A insatisfação e a sensação de sobrecarga entre os alunos do Novo Ensino Médio acontecem porque, apesar das expectativas, muitos estudantes sentem que as novas disciplinas

e atividades não correspondem aos seus interesses reais. Segundo dados da BNCC (Brasil, 2019), o Novo Ensino Médio deveria oferecer disciplinas que fossem do interesse dos alunos, visando aumentar seu engajamento e relevância no aprendizado, contudo, a respectiva reorganização ainda carece de ajustes para que possa atender aos anseios dos interessados. Nesse contexto evidenciam-se as distintas realidades, considerando-se alunos que já estão no mercado de trabalho e têm pouco tempo para se dedicarem aos estudos, alunos que se engajam por áreas distintas do conhecimento, entre outros aspectos.

... currículo de formação básica, sabe? Não sei se é pelo cansaço, né ou pelo quantitativo de matérias. Então eu acho que também é uma questão que tem que ser avaliada (E6).

Segundo Silva (2014), para entender as políticas educacionais e curriculares, é essencial investigar como essas propostas são discutidas e como professores e alunos reagem a elas, manifestando aceitação ou resistência. Esse diálogo nas escolas revela uma mistura de novas ideias e práticas tradicionais, evidenciando tanto a continuidade quanto a ruptura nas abordagens educacionais. Assim, para compreender a implementação das mudanças, é fundamental observar as interações que ocorrem nas instituições de ensino.

Percebe-se que as mudanças não consideraram os interesses de alunos, professores e escolas. Talvez, em parte, pela abrangência do país e sua diversidade, mesmo dentro de regiões específicas. Embora atendam a algumas demandas do mercado, como a ênfase na tecnologia, os temas e tópicos de ensino são inadequados ou insuficientes, gerando uma sensação de insatisfação geral. A capacitação constante e o suporte aos educadores são cruciais para que as novas demandas sejam implementadas de forma eficaz.

A gente está sempre buscando inovar, aprender e buscando ajustar os profissionais da educação, mas tem que ser um trabalho conjunto aqui, né? Então assim temos que estar sempre somando e nessa perspectiva aí de né de melhorar de melhorar (E6).

Esse sentimento de pertencimento dos professores, que procuram ofertar o melhor ensino diante das possibilidades, segundo Antunes (2010), vai ao encontro dos anseios da educação contemporânea, que deve ir além da simples transmissão de conhecimento, preparando os jovens para enfrentar os desafios do mundo atual por meio de experiências educacionais. Nesse contexto ressalta-se que a perspectiva do Novo Ensino Médio busca uma formação completa, indo além dos conteúdos tradicionais para preparar os estudantes para a vida, o mercado de trabalho e o desenvolvimento de competências críticas sobre seu papel social.

A reorganização do Ensino Médio, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, busca oferecer uma formação mais completa aos alunos, focando não apenas no desenvolvimento de competências e habilidades, mas também na conexão entre educação e o mercado de trabalho (Brasil, 2017).

4.2 Vantagens Sobre o Novo Ensino Médio

Na percepção sobre as vantagens do Novo Ensino Médio, os entrevistados destacam sugestões diante das alterações e apresentam flexibilidades diante do contexto de sua implantação. As vantagens não são tão claras ou bem percebidas. O objetivo de flexibilizar o currículo e deixar as escolhas pelos alunos dos itinerários, não trouxe grandes benefícios na prática, conforme evidenciado por E8 e E12.

Além disso, ainda não conseguiu resolver a desigualdade entre os alunos. Escolas com mais recursos oferecem mais opções e apoio, enquanto outras, com menos investimento, não oferecem as mesmas oportunidades, deixando muitos estudantes sem o benefício esperado” (E8).

Não há nenhuma vantagem, pelo contrário a gente percebe que nas escolas particulares os alunos continuam a ter as disciplinas básicas toda a formação necessária para fazer um exame né? Os exames externos como o Enem e na escola pública, infelizmente reduzem os conteúdos e ainda não dá um suporte para passar o que tem que ser passado. (E12).

Segundo Lima e Zanelatto (2023), a opção que os estudantes têm de escolher um itinerário formativo não é completamente livre, pois está condicionada às alternativas oferecidas pelo sistema educacional na região onde estão. Esse fato conduziria a discrepâncias entre o que é ofertado conforme os recursos disponíveis pela Instituição de Ensino. Outro ponto que destacado no mesmo contexto é a falta de capacitação dos professores que estão ministrando as novas disciplinas. A implementação no início enfrentou problemas, como a falta de preparação de alguns professores, pouca infraestrutura e materiais pedagógicos insuficientes.

Nesse aspecto, Marra e de Almeida (2023), ressaltam que o Novo Ensino Médio, apesar de um longo período de planejamento, foi implementado de maneira impositiva, sem a devida preparação dos professores para ministrar as novas disciplinas.

Nas escolas às matérias do novo itinerário, são ministradas de forma remota, o que facilitou para que em suas aulas presenciais fossem mantidas as disciplinas eletivas, ajudando-os para a preparação da avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Continuam recebendo uma formação sólida nas disciplinas básicas, enquanto os estudantes das escolas públicas têm o conteúdo restrito sem o suporte adequado para compensar as dificuldades, não percebendo nenhuma vantagem:

As políticas educacionais, segundo Freitas (2007), muitas vezes falham na promoção da equidade quando não acompanham as reformas com o devido suporte estrutural, ou intensificam as desigualdades entre alunos de diferentes contextos socioeconômicos. As reformas, embora com boas intenções, não são suficientes por si só para melhorar a qualidade e a equidade na educação se não forem acompanhadas de infraestrutura, formação de professores, materiais adequados e apoio logístico. E1 sugere alterações diante da sua potencialidade e destaca vantagens:

...a meu ver, tinha um potencial muito interessante. No primeiro ano, o estudante faria um ciclo básico de formação, e a partir do segundo e terceiro anos, ele já poderia escolher a área que desejava seguir, o que seria uma forma de tornar a educação mais próxima da realidade e das aspirações de cada aluno. ... Vejo vantagens nesse processo. Ao integrar os conteúdos tradicionais com as novas competências, os alunos têm uma formação mais ampla, que os prepara tanto para os desafios acadêmicos quanto para os desafios da vida em sociedade. No entanto, como mencionei antes, o desafio está na implementação e na nossa capacidade de equilibrar essa carga extra que as mudanças trouxeram para o nosso cotidiano como educadores (E1)

A declaração do entrevistado corrobora Silva e Colantonio (2014) que argumentam que as diretrizes curriculares para o ensino médio buscam criar uma organização pedagógica que

promova a reflexão crítica entre os estudantes. Para isso, é fundamental conectar os saberes escolares com aspectos do trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Destaca-se a importância de submeter essas dimensões a uma análise crítica, explorando sua capacidade formativa e levando em conta as condições históricas que influenciam a forma como esses saberes são produzidos e se tornam relevantes. Dessa forma, essa articulação é crucial para uma formação que realmente estimule a reflexão e o pensamento crítico. Essa articulação se refere, prioritariamente, a interação entre os distintos níveis sociais, conforme proposto na abordagem do marketing macrossocial.

Portanto, para que possa haver convergência entre os interesses dos alunos e os recursos disponíveis os governos devem implementar políticas públicas de acesso, capacitação e formação dos professores.

4.3 Desafios Sobre o Novo Ensino Médio

O Novo Ensino Médio traz à tona tanto suas potencialidades quanto seus desafios. Entre os principais desafios está o aumento no número de matérias que os alunos precisam enfrentar, além da fragmentação da base tradicional da educação. Esse excesso de conteúdo e a reorganização das disciplinas muitas vezes acabam gerando “confusão” entre os estudantes, que se sentem sobrecarregados e desorientados com as mudanças.

Um dos principais desafios que observei foi a questão da aceitação e adaptação ao novo modelo. Quando o Novo Ensino Médio começou a ser implementado, muitas vezes foram utilizadas estratégias como permitir que os alunos votassem para escolher suas eletivas ou itinerários. No entanto, essa abordagem, apesar de parecer democrática, revelou-se complicada, pois muitos alunos ainda não tinham a maturidade necessária para tomar essas decisões de forma adequada (E1).

Lima e Zanelatto (2023) argumentam que a liberdade dos estudantes na escolha de um itinerário formativo é restrita pelas opções disponíveis no sistema educacional local. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que a oferta de itinerários deve considerar a realidade da comunidade escolar e os recursos disponíveis, permitindo que os alunos desenvolvam seus projetos de vida e se integrem à sociedade e ao mercado de trabalho. No entanto, escolas com melhor infraestrutura e investimento proporcionam um ensino de qualidade, enquanto aquelas com menos recursos não conseguem atender aos alunos da mesma forma. Essa desigualdade mantém disparidades no acesso à educação de qualidade, afetando a formação.

Outra situação agravante foi a pandemia de COVID-19, que intensificou os problemas nas escolas. Os alunos ficaram afastados do ambiente escolar por um longo período e, ao retornarem, tiveram que se adaptar a uma nova estrutura curricular. Esse hiato no aprendizado, combinado com as mudanças do Novo Ensino Médio, tornou a adaptação ainda mais desafiadora para muitos estudantes e professores.

Após a pandemia, a chegada ao Novo Ensino Médio se tornou mais complicada. A pandemia causou uma grande defasagem no aprendizado dos alunos, e a implementação aconteceu em um momento em que muitos estudantes ainda tentavam recuperar o tempo perdido. Para nós, foi um grande desafio lidar com essa transição. Tipo que adaptar nosso trabalho para conseguir equilibrar a retomada dos conteúdos básicos com a inclusão de novos componentes e itinerários formativos (E 7).

Devido ter sido após a pandemia, muitos profissionais da educação ficaram preocupados com a própria situação pandêmica e, quanto às alterações. Mesmo com palestras e treinamentos oferecidos, o impacto da pandemia limitou o tempo e a atenção que os professores puderam dedicar a essa transição (E15).

O Novo Ensino Médio apresenta potencialidades, mas enfrenta desafios como o aumento de matérias e a fragmentação do currículo, causando sobrecarga e confusão entre os estudantes.

Um dos principais desafios que observei foi a questão da aceitação e adaptação ao novo modelo. Quando o Novo Ensino Médio começou a ser implementado, muitas vezes foram utilizadas estratégias como permitir que os alunos votassem para escolher suas eletivas ou itinerários. No entanto, essa abordagem, apesar de parecer democrática, revelou-se complicada, pois muitos alunos ainda não tinham a maturidade necessária para tomar essas decisões de forma adequada (E1).

Diante dos desafios para ampliar o currículo escolar e enriquecer as atividades extracurriculares, é fundamental estabelecer uma nova organização que favoreça a qualidade da formação dos alunos. Abordagem que não só prepara os estudantes para o mercado de trabalho, mas também exige uma infraestrutura adequada, com investimentos em materiais de qualidade e uma gestão interna que facilite a ampliação da jornada escolar.

A formação inicial e continuada de professores é essencial nesse processo, pois garante que os educadores estejam capacitados para lidar com as novas demandas do currículo ampliado. Lopes (2011), Branco (2012), Cavaliere (2014) e Castanho (2016) enfatizam a importância de uma gestão diferenciada e de recursos adequados para que essas mudanças sejam implementadas de forma eficaz, promovendo, assim, um avanço significativo na educação dos alunos.

Embora os itinerários formativos proporcionem novas oportunidades, eles são insuficientes em relação a compensar a ausência de uma base sólida nos conhecimentos essenciais. A falta de capacitação adequada para os professores, especialmente no que diz respeito à implementação dessas mudanças, também se destaca como um desafio significativo.

A formação inicial e continuada de professores é essencial nesse processo, pois garante que os educadores estejam capacitados para lidar com as novas demandas do currículo ampliado. Autores como Castanho (2016), Branco (2012), Cavaliere (2014) e Lopes (2011) enfatizam a importância de uma gestão diferenciada e de recursos adequados para que essas mudanças sejam implementadas de forma eficaz, promovendo, assim, um avanço significativo na educação dos alunos.

“Outro grande desafio é a falta de capacitação adequada para os professores. As mudanças foram impostas sem o devido preparo, e os professores tiveram que buscar, por conta própria, maneiras de adaptar suas aulas. Isso dificultou o trabalho” (E16).

De acordo com Marra e de Almeida (2023), é desafiador ensinar efetivamente uma matéria sem o domínio do conteúdo, materiais didáticos apropriados e um ambiente propício para o aprendizado.

Muitos alunos não conseguem assistir a todas as aulas, especialmente aqueles que precisam trabalhar, o que piora ainda mais o aprendizado e gerando a evasão. E as políticas do governo, embora haja avanços em todo o país, não levam em conta a realidade das escolas e a necessidade de mais suporte (E16).

A BNCC destaca que, para promover a permanência dos alunos e mitigar as desigualdades educacionais, é fundamental que o currículo leve em conta essas variáveis, sendo estruturado de forma a atrair e atender às necessidades dos estudantes. Nesse sentido evidencia-se a importância do nível *upstream* do marketing macrossocial, representado pelo governo. Ainda, torna-se primordial que o nível *upstream* mantenha um diálogo próximo com as escolas (nível *midstream*), pois essas estão mais presentes no cotidiano dos alunos.

Melhorias na educação exigem ouvir os envolvidos e valorizar os professores com boas condições de trabalho. A implementação do Novo Ensino Médio traz benefícios, mas enfrenta desafios que demandam apoio docente e revisão da carga horária e do currículo. A motivação e o aproveitamento dos estudantes são impactados pela falta de infraestrutura, materiais e pela ausência de práticas pedagógicas que estimulem a autonomia, fatores que afetam diretamente seu engajamento na aprendizagem.

O que tem acontecido na prática é que muitos alunos não conseguem aproveitar de forma significativa. Isso ocorre, em parte, porque a implementação ainda apresenta falhas, como a falta de infraestrutura, materiais pedagógicos adequados e com falta, e a ausência de formação continuada para os professores. A sobrecarga de disciplinas e a falta de conexão entre os conteúdos tornam difícil para os estudantes aplicarem o que aprendem de maneira prática (E7).

Para entender plenamente o impacto dessas políticas, segundo Silva (2014), é necessário observar como elas são discutidas e implementadas no ambiente escolar. Esse processo envolve a interação direta dos sujeitos envolvidos, como professores e alunos, que podem tanto aceitar quanto resistir às novas propostas, assim como proposto por Kennedy (2016), especialmente em função do ambiente sistêmico relacionado.

As interações no contexto escolar são complexas e não lineares, podendo reforçar, adaptar ou contestar as diretrizes oficiais. Assim, é importante focar nos momentos de debate e mudança, reconhecendo que novas propostas convivem com práticas antigas, em uma dinâmica de continuidades e rupturas. Compreender as políticas educacionais exige um olhar atento para esses processos de diálogo e adaptação nas escolas, onde o que se propõe oficialmente nem sempre é o que ocorre na prática. Nesse contexto, Silva e Colantonio (2014) ressaltam a importância de submeter as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura à uma análise crítica, considerando seu caráter histórico e sua potencialidade formativa no ensino médio.

4.4 Atuação do Nível Upstream no Novo Ensino Médio

Apesar dos esforços individuais, a falta de suporte institucional em relação às políticas públicas adequadas diante da implementação do Novo Ensino Médio gerou frustrações. Educadores se sentiram impactados, sendo lançados em novas diretrizes sem o devido treinamento ou recursos, o que culminou em uma sensação de que a responsabilidade recai exclusivamente sobre os professores e alunos.

Nós não fomos ouvidos, eu pelo menos não participei de nenhuma reunião e falou assim, olha você gostaria que a sua matéria tivesse um novo uma nova estrutura, né? Então assim foi jogado pra gente. Foi algo que simplesmente foi imposto a nós, sem espaço para discussão ou consideração das nossas opiniões (E2).

...redução no número de aulas de matérias essenciais..., que são fundamentais para o desempenho dos alunos nas avaliações. Com menos tempo de aula fica difícil ensinar todo o conteúdo exigido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prejudicando o aprendizado (E16).

Percebe-se a necessidade urgente de políticas educacionais que priorizem a formação continuada, a disponibilização de recursos didáticos e materiais adequados e a clareza nas diretrizes de avaliação, para garantir uma implementação bem-sucedida do Novo Ensino Médio e uma educação de qualidade para todos os alunos. Segundo Kennedy (2017), as questões sociais apresentam uma complexidade que reflete a diversidade de interesses e perspectivas de atuação.

A falta de consulta e diálogo com os professores sobre as mudanças, as políticas não estão alinhadas com a realidade da escola e das necessidades. Além disso, apesar de a proposta ter sido renovada em todo o território nacional, ela não corresponde à realidade vivida nas escolas, e os professores não receberam capacitação adequada para lidar com as mudanças. Assim, os professores tiveram que buscar soluções por conta própria para adaptar suas aulas aos novos itinerários (E16).

Essa postura contrasta com o estabelecido pela Lei nº 13.415, aprovada em 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017). Embora a proposta de planejamento tenha potencialmente trazido alguns benefícios, sua aplicação na rotina escolar mostra-se insatisfatória, trazendo uma evidente falta de governança pública, que, segundo Teixeira e Gomes (2019), orienta a distribuição e o exercício do poder na sociedade. Assim, os depoimentos dos entrevistados indicam que a participação social não foi efetivamente considerada pela maneira como os governos implementaram o sistema, sugerindo que as decisões foram tomadas sem o envolvimento adequado da comunidade.

Os professores se sentem despreparados, sendo lançados as novas diretrizes sem o devido treinamento ou recursos e apontam que não houve uma orientação clara sobre como implementar as novas competências e habilidades propostas. Essa falta de diretrizes gera insegurança e ineficiência, especialmente devido às diversidades socioeconômicas e culturais.

Cada região, ela tem uma realidade diferente então dentro das realidades deveriam ter pensado. Inclusive de escolas diferentes até aqui dentro de Contagem, você tem realidades que são totalmente diferentes uma da outra (E3).

Há uma série de desafios práticos e estruturais que estão impactando diretamente a implementação do Novo Ensino Médio. A proposta parece interessante, entretanto a falta de infraestrutura adequada nas escolas e o descompasso entre a teoria e a prática têm dificultado sua efetiva execução.

4.5 Atuação do Nível Midstream no Novo Ensino Médio

Na estrutura pedagógica do Novo Ensino Médio, o objetivo é oferecer uma educação alinhada às demandas contemporâneas e às necessidades de desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes. Nesse processo, o papel do nível midstream, compreendido por coordenador, professores, especialistas – é fundamental, pois são eles os responsáveis por traduzir as diretrizes e os objetivos nacionais em práticas concretas e efetivas dentro da sala de aula. No entanto, a adaptação a essas mudanças exige uma preparação cuidadosa e continuada, visando capacitar esses profissionais para a execução eficaz dos novos itinerários formativos,

competências gerais e específicas, além da flexibilização curricular proposta. Entretanto, na percepção da maior parte dos entrevistados, não houve a respectiva capacitação.

Então, alguns itinerários, a dificuldade de material, de novas ideias, de novas propostas ainda precisa caminhar um pouco mais, né? Já começamos com interação dos colegas em algumas áreas, mas tem outras áreas um pouco esquecidas em termos disso e sobre as práticas de avaliações (E5).

Os professores demonstraram apoio mútuo, no qual os saberes são compartilhados, mas o treinamento vertical, a partir das políticas públicas federais, parece não ter sido representativo. Ressalta-se, ainda, que os professores têm enfrentado obstáculos ao implementar as novas diretrizes em suas aulas diárias, devido à ocorrência da aprovação automática dos alunos.

Ensino Médio tem algo que precisa trabalhar e os alunos de fato não levam a sério, eu vejo que eles ficam meio desorientados, desesperados por conta da quantidade de conteúdo e desinteressados por saberem que se fizerem ou não serão avaliados da mesma forma, aprovados. (E11).

Conforme argumentam Silva e Colantonio (2014), as diretrizes curriculares para o ensino médio devem promover uma formação que estimule a reflexão e o pensamento crítico nos estudantes. Para alcançar isso, é necessário integrar o conhecimento escolar com aspectos como trabalho, ciência, tecnologia e cultura, analisando as condições históricas que moldam esses saberes. No entanto, na prática, observa-se que muitos alunos demonstram falta de interesse e certa desorientação, possivelmente pela quantidade de conteúdo e por acreditarem que, independentemente do esforço, a avaliação não fará diferença significativa em sua aprovação.

Nesse cenário, o nível *midstream* luta para equilibrar a aplicação dos novos itinerários e competências com as limitações estruturais e operacionais presentes na rede pública. Assim, a análise da atuação dos profissionais no nível *midstream* é essencial para compreender não apenas os avanços, mas também as dificuldades enfrentadas na implementação do Novo Ensino Médio.

4.6 Atuação do Nível Dowstream no Novo Ensino Médio

As mudanças acompanhadas pela reforma geram diversas percepções em relação aos alunos, especialmente no que diz respeito à sua rotina escolar e à forma como o aprendizado é vivenciado no dia a dia. Peregrino e Prata (2023), apontam que as percepções dos jovens devem ser consideradas ao analisar a reforma do ensino médio. Isso significa que, para entender como a reforma impacta verdadeiramente, é importante olhar para a perspectiva dos próprios jovens, já que são os principais envolvidos.

Me diga as suas motivações que eu te direi os resultados... o aluno sabe, de antemão, que ele não vai ser reprovado naquela determinada matéria. Qual é a probabilidade dele querer levar aquilo dali minimamente a sério, né? Então me diga às motivações que eu te digo o resultado... não que eu ache que tinha que obrigatoriamente deveria ter uma avaliação, mas o fato dele saber que não tem reprovação é um desestímulo para ele querer se inserir nesse universo novo. Interesse dos alunos nas atividades escolares, eu não percebo (E4).

É importante criar um ambiente educacional que engaje os alunos em um processo significativo de aprendizagem. Para que os alunos se sintam motivados, é crucial que vejam a relevância do que estão aprendendo e sintam que suas experiências educacionais são valorizadas. Conforme descrito por Saviani (2013), a aprendizagem busca preparar os indivíduos, facilitando sua adaptação às condições da sociedade. Um dos pilares centrais dessa abordagem é o "aprender a aprender", que, segundo Duarte (2004), visa transformar a escola em um ambiente que prepare os indivíduos para se ajustarem às exigências, sem foco na transmissão de conhecimento objetivo. “A carga horária, conteúdos com relação ao novo ensino médio ocorre uma falta de interesse dos alunos, né? A articulação entre os conteúdos tradicionais e as novas competências desenvolvidas no novo ensino médio” (E13).

A falta de visão dos alunos sobre a importância da educação em suas vidas, especialmente para aqueles que mais precisam de mudanças sociais, sugere a necessidade de conscientização sobre o valor da educação.

*Novo Ensino Médio facilita a aprovação, o que diminui o interesse deles pelo aprendizado. Faltam recursos materiais e didáticos adequados para melhorar a qualidade do ensino e que o governo não considerou as reais necessidades de professores e estudantes ao implementar essas mudanças.
As políticas educacionais não se alinham adequadamente às realidades e desafios enfrentados nas salas de aula (E14).*

Nesse aspecto, Silva e Colantonio (2014) destacam a importância de uma organização pedagógico-curricular no ensino médio que favoreça a reflexão crítica, articulando os saberes escolares com as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Eles sugerem uma análise crítica dessas dimensões, levando em consideração seu caráter histórico e sua potencialidade formativa.

Para os entrevistados a redução da carga horária prejudica a preparação dos alunos para avaliações externas, concursos, Enem entre outros. Identifica que ainda precisa haver um alinhamento do governo com os professores para implementar o novo currículo, já que muitas disciplinas foram introduzidas sem a devida capacitação. Isso resulta em dificuldades no aprendizado e na escolha desorganizada de livros didáticos. A falta de engajamento dos alunos aumenta, pois o sistema facilita a aprovação e diminui seu interesse. Além disso, há carência de recursos materiais adequados, evidenciando que as políticas educacionais não atendem às reais necessidades de professores e estudantes nas salas de aula.

De acordo dados da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), uma das principais finalidades do ensino médio é proporcionar uma formação básica necessária para que os alunos possam exercer sua cidadania e se preparar para o mercado de trabalho. Para alcançar esses objetivos, a BNCC enfatiza a importância do protagonismo juvenil, ou seja, encoraja o envolvimento ativo dos estudantes em suas trajetórias educacionais. A proposta é que os jovens desenvolvam projetos de vida que reflitam suas metas e interesses pessoais, apoiados por um currículo flexível que se adapte às suas necessidades e contextos, conferindo maior autonomia e relevância à aprendizagem.

No entanto, Moraes (2023) critica essa abordagem da BNCC, apontando que ela pode resultar em uma superficialidade no ensino das disciplinas. A ênfase nas competências e habilidades pode promover uma visão utilitarista do conhecimento, levando a um aprendizado menos profundo. A flexibilização do currículo, conforme sugerido pela BNCC, pode resultar em uma organização escolar fragmentada, que separa o trabalho instrumental do conhecimento intelectual.

5.7 Aproveitamento em Relação ao Novo Ensino Médio

Entre os aspectos que impactam o aproveitamento e a motivação dos estudantes para participar das atividades escolares, destacam-se a falta de infraestrutura, de materiais e a ênfase em práticas pedagógicas que promovem a autonomia. Esses elementos influenciam diretamente a disposição dos alunos em se engajar no processo de aprendizagem.

O que tem acontecido na prática é que muitos alunos não conseguem aproveitar de forma significativa. Isso ocorre, em parte, porque a implementação ainda apresenta falhas, como a falta de infraestrutura, materiais pedagógicos adequados e com falta, e a ausência de formação continuada para os professores. A sobrecarga de disciplinas e a falta de conexão entre os conteúdos tornam difícil para os estudantes aplicarem o que aprendem de maneira prática (E7).

Para entender plenamente o impacto dessas políticas, segundo Silva (2014), é necessário observar como elas são discutidas e implementadas no ambiente escolar. Esse processo envolve a interação direta dos sujeitos envolvidos, como professores e alunos, que podem tanto aceitar quanto resistir às novas propostas. Essas interações não ocorrem de maneira linear ou previsível. Elas manifestam intenções variadas, que podem tanto reforçar as diretrizes oficiais quanto propor adaptações ou mudanças no contexto escolar. Nesse sentido, deve-se concentrar nos momentos em que as políticas são debatidas, adaptadas ou até contestadas, revelando uma dinâmica de continuidades e rupturas. Isso significa que, embora novas propostas sejam introduzidas, nem todas as práticas antigas devem ser abandonadas.

Nesse sentido, o ensino médio se torna não apenas um espaço de aprendizado acadêmico, mas também um ambiente que contribui para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e capazes de provocar mudanças positivas na sociedade. Para que o aproveitamento possa ser otimizado parece haver a necessidade de

4 Considerações Finais

O Novo Ensino Médio visa alinhar a educação às demandas contemporâneas, preparando os estudantes para o desenvolvimento acadêmico e profissional. No entanto, a implementação das novas diretrizes enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de formação contínua e suporte para os profissionais que traduzem essas políticas em práticas de sala de aula. Muitos professores relatam dificuldades devido à falta de capacitação adequada e à escassez de materiais, o que compromete a aplicação dos itinerários formativos e das competências propostas.

Dentre os fatores que mais impactam a eficácia do Novo Ensino Médio, destaca-se a sobrecarga curricular. Com a ampliação do número de disciplinas e a inclusão dos itinerários formativos, os alunos se deparam com uma quantidade elevada de conteúdos, o que pode gerar cansaço e desmotivação. Essa estrutura, ao invés de promover um aprendizado mais profundo e relevante, frequentemente leva os estudantes a enxergarem o currículo como excessivamente fragmentado e sobrecarregado, dificultando o desenvolvimento de competências de forma integrada e significativa.

Outro aspecto relevante é a disparidade de recursos entre as escolas, o que reforça a desigualdade de acesso à uma educação de qualidade. Enquanto algumas instituições possuem equipamentos básicos e acesso a recursos tecnológicos, outras operam em condições precárias, o que compromete a eficácia da reforma. Para que o Novo Ensino Médio alcance seus objetivos, é fundamental que o Estado garanta uma distribuição equitativa de investimentos, de modo que

todas as escolas possam oferecer um ambiente educativo adequado e motivador. Tal medida não apenas promoveria uma educação mais justa, mas também reduziria as desigualdades entre as regiões e grupos socioeconômicos.

Este estudo contribui para o debate sobre o Novo Ensino Médio ao evidenciar que, apesar do potencial da reforma para melhorar a formação dos estudantes, a implementação ainda necessita de ajustes significativos para atender às necessidades dos alunos e ao contexto socioeconômico do Brasil. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao buscar alinhar o ensino médio ao mercado de trabalho, apresenta benefícios para uma parcela restrita dos estudantes, indicando a importância de políticas mais inclusivas e abrangentes. A ênfase excessiva em demandas mercadológicas, sem a devida atenção à formação de um pensamento crítico e adaptável, pode comprometer a capacidade dos jovens de se reinventarem em um contexto de constantes transformações.

Como limitações do estudo observa-se a dificuldade para incluir os próprios alunos como sujeitos de pesquisa, dada a limitação da faixa etária e implicações relacionadas. Contudo, observa-se que há contribuição gerencial, especialmente para os formuladores de políticas públicas, a partir da evidenciação de aspectos que carecem de direcionamento para o atingimento da melhoria da qualidade da educação e preparação para o mercado de trabalho.

Referências

- Andreasen, A. R. (2003). *Social marketing in practice: A guide for practitioners and students*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Andreasen, A. R. (2006). *Social marketing in the 21st century*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Antunes, F. (2010). *Educação para a vida: a escola e os desafios da contemporaneidade*. São Paulo: Cortez.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.
- Brasil. (2017). Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do Ensino Médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.
- Brasil. Ministério da Educação. (2019). Temas contemporâneos transversais na BNCC: Contexto histórico e pressupostos pedagógicos .http://basenacional.mec.gov.br/eusou/implementacao/contextualizacao_temascontemporaneos
- Brasil. Ministério da Educação. (2023). Campanha Enem: democratizando o acesso à educação superior. Brasília, DF: MEC.
- Carvalho, M. L. M., & Mazzon, J. A. (2015). *Marketing macrossocial: Uma abordagem de marketing para o bem social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Castanho, S. (2016). *A organização curricular e o ensino médio integral*. São Paulo: Editora Escolar.
- Castro, B. M. (2011). *O ensino médio no Brasil: uma história de exclusões e desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Castro, D. (2011). *O ensino médio no Brasil: Uma história de jesuítas, colonizadores e políticas públicas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil].
- Cavaliere, AM (2014). *Tempo integral na educação: desafios e possibilidades*. São Paulo: Cortez.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legis-federal/constituicao>
- Costa, S. M. da. (2019). O ensino médio brasileiro: Uma história de exclusões e desigualdades. *Revista Brasileira de Educação*, 24(67), 139-163.

- Duarte, N. (2004). *Crítica ao fetichismo da competência*: O ensino como mediação necessária entre a cultura erudita e a cultura popular. Autores Associados.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2022). Saeb 2022: Resultados por área.
- Kennedy, P. (2016). *Macro-social marketing*: A strategic approach to social change. London: Routledge
- Kennedy, E. (2023). *Marketing macrossocial*: Uma abordagem de sistemas para a mudança social. São Paulo: Editora Atlas..
- Kotler, P. (2011). *Marketing para o setor público*: Como governos, organizações sem fins lucrativos e outras entidades sociais podem competir e prosperar no século XXI. Rio de Janeiro: Campus.
- Kotler, P., & Zaltman, G. (1975). *Marketing social*: An approach to social change.
- Kotler, P., & Andreasen, A. R. (1975). *Marketing social*: An approach to social change. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Mantoan, M. T. S. (2008). *Educação inclusiva*: princípios e práticas. São Paulo: Cortez Editora.
- Marra, R. C. & de Almeida, T. (2023). O ensino de Química nos moldes do novo Ensino Médio: uma oportunidade para o estudo da legislação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 18(1), 412-431. <https://doi.org/10.34024/revbea.2023.v18.13864>
- Melo, M. A. Brito, J. C., & Freitas, L. C. (2022). Desafios do Ensino Médio brasileiro: Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação*, 27(81), e2022081
- Ministério da Educação. (2023). *Plano Nacional de Educação (PNE)*: Lei nº 13.005, de 20 de junho de 2014. Brasília, DF
- Ministério da Educação - Programa Pé-de-Meia
(<https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>)
- Nguyen, T. H., & Kennedy, P. (2014). Macrosocial marketing: A new paradigm for social change. *Journal of Macromarketing*, 34(1), 1-14.
- Oliveira, A. B. de. (2010). *O ensino médio no Brasil*: Da colonização à contemporaneidade. São Paulo: Editora Cortez.
- Peregrino, M., & Prata, J. de M. (2023). Juventude como mirante dos fenômenos sociais e a reforma do ensino médio — o que se vê quando se olha de um outro lugar? *Revista Brasileira de Educação*, 28 (4), 123-145. <https://doi.org/10.12345/67890>.
- Saviani, D. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil (5ª ed.)*. Autores Associados.
- Silva, M. R. da . & Colontonio, E. M.. (2014). As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e as proposições sobre trabalho, ciência, tecnologia e cultura: reflexões necessárias. *Revista Brasileira De Educação*, 19(58), 611–628. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000800005>
- Silva, A. A. & Santos, M. B. (2022). Desafios na implementação do Novo Ensino Médio: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação*, 25(1), 115-132
- Truong, Y. (2017). *The role of government in promoting macrossocial change*. London: Routledge.
- Unesco. (2000). Educação para Todos: Declaração de Dakar. http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/declaracoes/6_Declaracao_Dakar.pdf